



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Processo Administrativo Eletrônico nº: 37.470/2025

Requerente: ID STORE SERVICOS DE SISTEMAS E ELETRÔNICOS LTDA.

Assunto: Impugnação - Licitação - Pregão Eletrônico nº 90.120/2025 - Processo Licitatório nº 9.784/2025

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.120/2025 - Processo Licitatório nº 9.784/2025, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação de empresa especializada para locação de solução para a gestão do sistema de ponto em nuvem dos servidores públicos.

Para melhor didática e compreensão, passa-se ao relatório do processo de forma segmentada.

I.I. Das Alegações da Empresa Id Store Servicos de Sistemas e Eletrônicos Ltda.

Em síntese, a impugnante sustenta que o edital contém exigências técnicas genéricas e subjetivas, violando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

i) o edital exige integração com o sistema de folha “E&L”, mas não define tecnicamente o meio de integração com o sistema E&L, propondo que a integração seja obrigatoriamente via API e seja exigida uma Prova de Conceito (POC) para comprovar a integração funcional entre os sistemas;

ii) há exigência de “amostras de totens/tablets” sem especificações técnicas mínimas, argumentando que tablets não são adequados como equipamentos de ponto, por não possuírem robustez, durabilidade nem segurança antifraude;



iii) devem ser estabelecidos requisitos mínimos objetivos (por exemplo, reconhecimento facial com alta precisão, tecnologia antifraude, operação sem contato e acessibilidade;

iv) o edital aceita atestados de experiência com equipamentos de reconhecimento facial ou digital, sustentando que tais tecnologias não são equivalentes, devendo-se restringir aos sistemas de reconhecimento facial, que oferecem maior precisão, segurança e acessibilidade, evitando a habilitação de empresas sem experiência na tecnologia atual;

v) a qualificação técnica deve incluir certificações de segurança da informação e proteção de dados (LGPD) e registro do software no INPI, conforme Portaria MTP nº 671/2021, para garantir validade jurídica do sistema de ponto eletrônico.

Por fim, requer a revisão do edital para incluir critérios técnicos objetivos, tais como integração obrigatória via API, realização de POC, definição de requisitos técnicos mínimos dos equipamentos, e exigência de certificações legais e de segurança da informação, com a adequação do edital aos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, a suspensão do certame, caso as alterações não sejam acolhidas, para evitar contratações ineficientes ou danos ao erário.

I.II. Da Manifestação da Pregoeira

A Pregoeira, em manifestação de fls. 13/16, recebeu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando os autos para manifestação do órgão requisitante do certame a fim de subsidiar a sua decisão final.

I.III. Da Manifestação da Subsecretaria de Gestão e Recursos Humanos

Às fls. 17/21, a Secretaria ofertou resposta à impugnação apresentada, aduzindo que a empresa impugnante alegou subjetividade nos itens 3.5.18 e 3.11.6 do edital, referentes à integração tecnológica do sistema de controle de ponto, esclarecendo que:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



- O sistema atual da folha é da empresa E&L, e o edital exige apenas que a nova contratada possibilite integração com esse ou outro sistema futuro;
- A ausência de detalhes técnicos sobre API ou POC não compromete o certame nem causa prejuízo ao erário, pois a contratada deve utilizar as tecnologias necessárias à interoperabilidade;
- Exigir especificações técnicas excessivas restringiria a competitividade, violando o princípio da ampla concorrência;
- O Termo de Referência já permite o uso de “totem e/ou outro com a mesma funcionalidade”, o que amplia a concorrência, bem como que o sistema deve ainda permitir marcação via aplicativo mobile compatível com Android, iOS e Windows.

Aduz, ainda, que a empresa apontou que os itens 18.1 e 18.1.1 não atendem o objeto, uma vez que “pode comprometer a plena execução contratual, acarretando falhas na gestão da frequência, insegurança jurídica e potenciais prejuízos à Administração, cujos itens não existem no edital, sendo os itens 8.16.1 e 8.16.1.1 equivalentes às referidas exigências, bem como que devem ser considerados todos os atestados, uma vez que o sistema deve possibilitar diversas maneiras de marcação, seja através de totem/tablets, outros dispositivos de marcação coletiva, bem como via aplicativo mobile.

Quanto à ausência de referência à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), demonstrou que o edital já contém dispositivos expressos (itens 3.6.3 e 9.2.12) determinando sua observância.

Por fim, não acolheu a impugnação, sustentando que todo o procedimento licitatório encontra-se dentro dos princípios que regem à Administração Pública, bem como o princípio básico da ampla concorrência, não havendo que se falar em subjetividades dos itens impugnados, muito menos em cláusulas genéricas.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 09/10/2025.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Subsecretaria de Recursos Humanos para pronunciamento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Subsecretaria de Gestão e Recursos Humanos a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria.

Destarte, não cabe a esta especializada jurídica opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, de forma que somente os aspectos jurídico-legais impugnados podem ser objeto de análise.

As exigências de especificações técnicas relativas ao objeto devem ser aferidas, necessariamente, pelo corpo técnico da pasta licitante, que detém a expertise necessária, sendo certo que a análise de compatibilidade exige alto grau de conhecimento técnico do objeto licitado.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Com efeito, a análise relativa à integração integral com o sistema de folha E&L, assim como aos aspectos técnicos concernentes aos equipamentos exigidos, extrapola a competência desta Procuradoria, por versar sobre matéria de natureza estritamente técnica, cuja apreciação incumbe aos órgãos competentes da área demandante.

Especificamente quanto à qualificação técnica, vejamos o art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021, que dispõe acerca da documentação relativa à qualificação técnica passível de ser exigida:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. (...)

A exigência de qualificação técnico-profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, sendo mais comum em obras e serviços de engenharia. Já a comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório.

Conforme Marçal Justen Filho¹:

"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".

¹<https://www.migalhas.com.br/depeso/369406/os-limites-para-a-exigencia-de-capacidade-tecnica-operacional>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Conclui-se, portanto, que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica tem por finalidade a comprovação de que a licitante possui experiência anterior no fornecimento/prestação de serviço similar, ou seja, já forneceu bem ou prestou serviço semelhante a outra empresa ou órgão de forma satisfatória, de forma a assegurar à Administração Pública que empresa executará o objeto licitado.

Ademais, a documentação para a qualificação técnica se limita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das referidas parcelas.

In casu, o item 18 do Edital assim estabeleceu:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 Para fins de habilitação será exigida a apresentação de um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde comprove ter executado ou estar executando, serviços compatíveis e pertinentes, em características e quantidades com o objeto, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas:

18.1.1 Entendem-se por serviços com objeto similar ao que se pretende contratar os seguintes: locação de relógios ponto com reconhecimento facial ou por impressões digitais, integrada com solução/sistema para gestão do controle de frequência de entrada e saída de pessoas.

18.1.2 A soma da quantidade de equipamentos citados no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá ser de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do total de equipamentos e licenças citados no objeto do Termo de Referência.

18.1.3 Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido.

18.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade na respectiva entidade profissional em plena validade, se houver.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



18.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.4 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

18.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Por sua vez, assim dispôs o Termo de Referência no subitem 8.14.5:

8.14.5 Qualificação Técnica:

*8.14.5.1 Para fins de habilitação será exigida a apresentação de um ou mais **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, em nome do licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde comprove ter executado ou estar executando, serviços compatíveis e pertinentes, em características e quantidades com o objeto, nos quais constem, referências às parcelas de maior relevância técnica, assim consideradas:*

8.14.5.1.1 Entendem-se por serviços com objeto similar ao que se pretende contratar os seguintes: locação de relógios ponto com reconhecimento facial ou por impressões digitais, integrada com solução/sistema para gestão do controle de frequência de entrada e saída de pessoas.

8.14.5.1.2 A soma da quantidade de equipamentos citados no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá ser de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do total de equipamentos e licenças citados no objeto do Termo de Referência.

8.14.5.1.3 Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido.

8.14.5.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade na respectiva entidade profissional em plena validade, se houver.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



8.14.5.3 *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.14.5.4 *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.14.5.5 *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela Administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. (com grifos no original)*

Como se pode ver, foi exigido Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove ter executado ou estar executando serviços compatíveis e pertinentes com o objeto, enquadrando como objeto similar a “*locação de relógios ponto com reconhecimento facial ou por impressões digitais, integrada com solução/sistema para gestão do controle de frequência de entrada e saída de pessoas*”.

Alega a impugnante que tanto a locação de relógios de ponto com reconhecimento facial quanto com tecnologia baseada em impressões digitais não podem ser consideradas equivalentes.

Como já narrado, a documentação para a qualificação técnica se limita à demonstração da capacidade operacional na execução de serviços **similares**. E não poderia ser diferente, já que é vedada a exigência de objeto idêntico, mas tão somente compatível/similar ao objeto licitado, sob pena de caracterizar restrição ao caráter competitivo do certame, conforme entendimento pacífico do TCU:

Acórdão 2003/2011-Plenário

ENUNCIADO

As exigências para habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Acórdão 2898/2012-Plenário

ENUNCIADO

É possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Acórdão 52/2014-Plenário

ENUNCIADO

É ilegal a exigência de execução pretérita de serviços com qualidade superior ao objeto licitado, uma vez que para a comprovação da qualificação técnica pode-se exigir execução de obra ou serviço compatível com o objeto licitado, mas não superior ao que se pretende executar, conforme o disposto no art. 30, inciso II e § 1º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 1585/2015-Plenário

ENUNCIADO

É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade.

A jurisprudência dos Tribunais também milita no mesmo sentido:

EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. Ausente a devida motivação, **é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto. (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA NO PRIMEIRO GRAU PARA SUSPENDER A LICITAÇÃO E EVENTUAL CONTRATO. PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEITURA DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE QUE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA NÃO DEMONSTRA PERTINÊNCIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA PARA COM O OBJETO LICITADO. NÃO ACOLHIMENTO. **CAPACITAÇÃO TÉCNICA DEMONSTRADA A PARTIR DE CONTRATAÇÃO SIMILAR. DESNECESSIDADE DE QUE O ATESTADO CONTEMPLE SERVIÇO IDÊNTICO**. ATENDIMENTO AO ASPECTO QUANTITATIVO DO SERVIÇO REQUERIDO PELO EDITAL. SUPOSTAS NULIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ADMINISTRAÇÃO QUE OFERECEU JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS PARA A INSERÇÃO DAS EXIGÊNCIAS E FORMAS CONSTANTES DO EDITAL. ILEGALIDADES NÃO DEMONSTRADAS PELA IMPETRANTE/AGRAVADA. RESPEITO ÀS OPÇÕES DO ENTE LICITADOR. VEDAÇÃO AO 5ª Câmara Cível Agravo de Instrumento nº 1.740.125-9 - Pág. 2. CONTROLE DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO PELO JUDICIÁRIO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJ-PR - AI: 17401259 PR 1740125-9 (Acórdão), Relator: Juiz Rogério Ribas, Data de Julgamento: 02/04/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 2480 23/04/2019)

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. MENOR PREÇO POR LOTE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. ALEGADA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA.

1. É regular a exigência de apresentação atestado de capacidade técnica de modo a assegurar a escolha do participante que demonstre possuir em seus quadros



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



profissional devidamente habilitado para conduzir os trabalhos inerentes ao objeto licitado.

2. A comprovação de experiência anterior, por meio de atestado de capacidade técnica, pode ser exigida no instrumento convocatório, conquanto essa experiência não esteja condicionada à execução do objeto idêntico àquele licitado.

3. Admite-se a exigência da comprovação de quantitativos que não ultrapassem o limite de 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância da obra ou serviço.

4. Não se confundem os objetivos almejados pela Administração ao exigir atestado de capacidade técnica e balanço patrimonial, pois este documento, juntamente com as demais demonstrações contábeis do último exercício social, visa comprovar a boa situação financeira do licitante e aquele tem por finalidade demonstrar se o licitante possui pessoal técnico habilitado e disponível para execução do objeto da licitação, segundo as exigências descritas no instrumento convocatório. (TCE-MG - DEN: 1013234, Relator: CONS. GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 14/06/2018, Data de Publicação: 05/07/2018)

AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – MATÉRIA NÃO CONHECIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Diante da devolutividade restrita do recurso de Agravo de Instrumento, a análise de teses não apreciadas pelo Juízo de piso, ainda que de ordem pública, viola os princípios constitucionais do devido processo legal e duplo grau de jurisdição. Nego Conhecimento a preliminar que consiste na perda superveniente do objeto. 2. Há de se ressaltar que a mesma questão discutida nesses autos, já foram devidamente elucidadas e apreciadas no Agravo de Instrumento identificado pela numeração única: 1011036-78.2019.8.11.0000. Aliás, o próprio Agravante almeja que ambos os recursos sejam apreciados juntos, demonstrando que tratam da mesma matéria. Assim, não há óbice na apreciação do recurso principal por Decisão Monocrática. 3. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma insita no art. 30 da Lei de Licitações



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Agravo Interno Desprovido, Decisão Monocrática Mantida. (TJ-MT - AGR: 10102685520198110000, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 07/11/2023, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 13/11/2023).

Com efeito, a comprovação da capacidade técnica operacional por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução de objeto/serviço similar é condição que se impõe, sendo vedada a exigência de objeto idêntico.

Conclui-se, assim, que não é possível exigir que as licitantes apresentem atestados que expressamente prevejam a execução do objeto idêntico ao ora licitado.

Portanto, cabe tão somente à pasta licitante a definição do que se enquadra como objeto similar, dada a ausência de expertise deste órgão jurídico acerca do objeto.

Por fim, considerando que a impugnação se limitou às exigências de especificação técnica e qualificação técnica do objeto e, considerando que a Secretaria rejeitou integralmente a impugnação, s.m.j., deve a prevalecer a sua decisão, eis que detém o conhecimento técnico necessário para tanto, desde que observados os princípios basilares que regem as licitações insculpidos no art. 3º Lei 14.133/21, mormente os da legalidade, do interesse público, da transparência, da eficácia, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade e da competitividade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Gestão e Recursos Humanos para ciência e adoção dos procedimentos de sua atribuição.

Por derradeiro, importante destacar que o opinamento desta Procuradoria-Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo (Lei Municipal n. 4.637/18), restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 08 de outubro 2025.

Assinado por LAYNNE DE ANDRADE ALVES
057 ***-**-**
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
08/10/2025 18:13:39

Laynne de Andrade Alves
Subprocuradora de Licitações e Contratos
Matrícula: 63.736